

Destaques:

Sessão ECOXXI 2023: 30 de março Novidades 2023: Indicador a indicador Artigo: As Cidades de Ação Climática O papel dos municípios no Ordenamento, Proteção e Resiliência da Floresta

Calendarização e Documentos 2023

Boas práticas em Municípios ECOXXI



Ano 23 nº 62 Edição Especial ECOXXI

Março de 2023

Distribuição Gratuita

Editorial

A Bandeira Verde ECOXXI, simboliza e comunica, que estamos num território onde a sustentabilidade é uma preocupação dos seus autarcas. Essa é a razão pela qual se submetem ao "exame" constituído pelos 21 indicadores que compõem a candidatura, agora a decorrer até 30 de junho de 2023.

Apesar de algumas atualizações de detalhe, que ocorreram nos indicadores 1, 3, 6, 9, 12, 13, 16, 17, 18, 19 e 20, esta edição dá continuidade, sem grandes alterações, aos pressupostos da edição anterior.

Procurando um constante alinhamento face aos novos paradigmas, normas e legislação existentes nos vários setores, os indicadores ECOXXI, visam sobretudo traçar um retrato de cada município nas diversas vertentes da sustentabilidade (ambiental, económica e sociocultural) constituindo-se ainda como uma ferramenta que monitoriza os objetivos da Agenda 2030, bem como a eficácia, em termos de sustentabilidade, das políticas, projetos e ações, anualmente postos em prática pelo município.

Margarida Gomes - Coordenadora Nacional ECOXXI

Projetos Município-Eco-Escolas "Muros com Vida". Participe!



Pintura de Muro. Escola Secundária Francisco Franco

Na 2.ª edição do Projeto "Muros com Vida", a ABAE lança um concurso que visa premiar os municípios mais empenhados em apoiar as suas Eco-Escolas, na fase de preparação e implementação do projeto. A participação no concurso é opcional. Os municípios podem ainda inscreverse na plataforma Eco-Escolas.

Posteriormente deverá submeter na Plataforma uma memória descritiva, registo fotográfico e identificação de parceiros, caso aplicável.

Lançamento a 30 de março de 2023 Candidaturas ECOXXI abertas



No dia 30 de marco das 10h00 às 16h30, terá lugar na Agência Portuguesa do Ambiente (Amadora), a Sessão de Lançamento da edição 2023 do Programa ECOXXI.

A sessão decorre em formato presencial e dirige-se aos municípios potencialmente candidatos ao reconhecimento Bandeira Verde ECOXXI 2023.



i rograma da occaci	
Nesta edição:	Pág.
Editorial	
Sessão de Lançamento ECOXXI: 30 de março	
Muros com Vida". Participe!	
As Cidades de Ação Climática. Jorge Cristino.	2
O papel dos municípios no Ordenamento, Proteção e Resiliência da Floresta. Filomena F. (POSEUR)	3
Novidades 2023: indicador a indicador	4-6
Calendarização e Documentos O Mar começa Aqui envolve os municípios ECOXXI	6
Boas práticas em ECOXXI	7
10 municípios com 80%, Pombal atinge os 90% Entidades que premeiam os municípios 178 Candidaturas a Eco-Freguesias XXI Lousã acolhe 2 eventos ABAE	8

0 α

 \supset

ш

⋖

Δ

_ \supset Ν ⋖

⋖ EIR, ш Δ

BAN

OCIAÇÃO

ഗ S Δ

۵

ഗ ш

0

COXX CIA ш × <u>5</u> Página 2 TERRAZUL

ABAE

«Não se gere

o que não se

mede, não

se mede o

que não se

define, não

se define o

que não se

entende, e

sucesso no

que não se

não há

gere».

As cidades de ação climática

As cidades de ação climática, serão as cidades do futuro. Não tenhamos dúvidas. Mas, o que é ser uma cidade de ação climática?

Se pudesse prescrever um receituário, diria que é ser um território com uma visão holística e um desenvolvimento integrado e sistémico, com um lado de **ambição**, estabelecendo objetivos e metas climáticas e com um outro de **ação**, capaz de concretizar, liderar pelo exemplo e criar a mudança necessária para um desenvolvimento urbano sustentável. No entanto, cada município é único e a primeira questão que devemos ter em cima da mesa é conhecer bem a realidade e respeitar a cultura e as tradições da comunidade e do seu território, para que a mudança, necessária, seja feita com as pessoas e para as pessoas, introduzindo uma sustentabilidade que traga felicidade e qualidade de vida aos cidadãos.

A visão e a estratégia vêm com a governança, que tem de ser participada e aberta com a comunidade, criando um "ecossistema" com todos os atores do município, desde empresas, instituições de ensino, centros de investigação, associações e todas as forcas vivas que queiram contribuir para uma

maior massa crítica, apoiando o município na concretização das metas e na resolução dos principais desafios. É aqui que se realiza o ODS 17, trazendo a regra dos 5 "P" – um mundo cem por cento dedicado à felicidade das **Pessoas**, viver com **Prosperidade**, onde seja possível garantir a **Paz**, com um respeito integral pelo **Planeta**, construindo um mundo sustentável através de múltiplas **Parcerias**.

Para uma boa gestão integrada do território, aplica-se igualmente a frase usada no mundo dos negócios: «Não se gere o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gere», miticamente atribuída ao estatístico americano William Edwards Deming. Por isso, o segundo passo é medir e monitorizar o desempenho

ambiental dos territórios, para o qual, o ECOXXI, entre outros, muito contribui, não só para estabelecer e concretizar metas e objetivos, como também para seguir os melhores exemplos e as boas práticas.

As cidades têm sabido compreender a importância da monitorização, medição, reporte e avaliação de diversos indicadores ambientais, estabelecendo metas e objetivos. Os modelos normalmente usados são os que levam a um reconhecimento ou premiação das políticas desenvolvidas ou, nalguns casos, a uma relação de comparação entre as urbes. Mas agora, com a Lei de Bases do Clima, mais do que nunca, os Planos Municipais de Ação Climática trazem não só essa necessidade, como a obrigação, de saber como atingir metas que contribuam para um todo e que desenvolvam as ações de adaptação e mitigação. De qualquer forma, constata-se que as cidades



que fazem uso dos indicadores aplicados à monitorização e avaliação contínua para o desenvolvimento do seu território conseguem mais facilmente estabelecer novos planos e definir caminhos e decisões assertivas, algumas delas mesmo disruptivas, quebrando o círculo vicioso de insustentabilidade ambiental e social. A acrescentar, a divulgação pública destes dados e indicadores, além da maior transparência, levam a uma maior aceitação da parte da população e uma maior compreensão para a mudança ao nível local e comunitário, tal como tem vindo a acontecer, por analogia, com os dados científicos climáticos e outros, que evidenciam a degradação do ambiente por ação humana, levando a uma maior consciencialização e alteração de comportamentos. Através da medição e monitorização do que se gere, é possível desenvolver medidas e políticas mais tangíveis, estruturais, transversais e multidisciplinares. Tudo isto, em complemento à implementação de outros modelos, como os fatores ESG (Environmental, Social & Governance) ou a mais recente diretiva para os indicadores não financeiros, aplicados para a atividade empresarial e financeira. Através de uma ferramenta real de monitorização transversal e integrada, os acordos internacionais, nomeadamente o Acordo de Paris, poderão ter um efeito prático do nível local para o global, com características bidirecionais, bottom-up e top-down, permitindo uma leitura dos indicadores de forma hierarquizada, responsabilizando e estratificando as contribuições de cada cidade e/ou região, estabelecendo assim critérios de incentivo aos «cumpridores» e penalizantes aos «infratores», tendo como referência os valores anuais utilizados dos Estados, as NDC (nationally determined contributions), proporcionalmente aplicadas a cada cidade/região.

Através dos mercados voluntários de carbono, os municípios podem ter um papel catalisador como promotores de decisões e investimentos individuais e corporativos que contribuam para diminuir as emissões de CO₂ da região, logo do seu país, catalisando não só projetos ambientais, como também a bioeconomia, a economia circular e a economia verde e azul.

Cada vez mais, o planeta será não só aquilo que os Estados quiserem, mas essencialmente aquilo que as cidades fizerem e, com isso, o que os cidadãos queiram ser.

O papel dos municípios no Ordenamento, Proteção e Resiliência da Floresta

mais frequentes no atual cenário de alterações climáticas, a que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais execução das medidas de Defesa da Floresta Contra Incên- (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento, deterdios (DFCI) não será suficiente para garantir a defesa e a resi- mina nova atualização dos PMDFCI, que está ainda em curso. liência dos espaços florestais.



Será necessário promover outro tipo de medidas estruturais de transformação da paisagem florestal e rural que promovam a compartimentação e a diversificação dos espaços rurais, para resistirem à propagação de incêndios em presença das condições meteorológicas adversas.

Por outro lado, importa assegurar que a gestão municipal do uso e ocupação do solo nas atividades residenciais e industriais incorpora as medidas de prevenção e defesa contra incêndios e integra as áreas de maior risco de incêndio como condicionante para a ocupação urbanística.

Para este desígnio contribui a integração dos conteúdos do podendo os municípios (e freguesias) contribuir Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de forma ativa nesse domínio através de ferra-(PMDFCI) e da carta de perigosidade de incêndio no PDM e a mentas, serviços de apoio. transposição das regras de edificação no regulamento do PDM.

Perante os fenómenos meteorológicos extremos cada vez O Decreto-Lei n.º 82/2021, em 13 de outubro de 2021,

A situação de transição legislativa indicia nova adaptação dos PMDFCI nos próximos anos devido à criação dos níveis de planeamento regional e sub-regional decorrente das medidas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

Decorre também a revisão dos PDM (3ª geração) onde se espera ver refletido um maior empenho dos municípios no domínio da Gestão e Conservação da Floresta. Neste âmbito, seria importante reforcar a aplicação das ferramentas de planeamento e de gestão no âmbito das competências os municípios, que conduzam à diversificação da paisagem rural e à reforma da floresta necessárias ao reforço da sua resiliência, a par das medidas de prevenção de incêndios já praticadas (instalação das redes de defesa da floresta) e de vigilância contra incêndios.

Dentro das alterações estruturais da paisagem, importa descontinuar as grandes extensões de povoamentos monoespecíficos, de reforçar o mosaico agrícola e os modelos de ordenamento agro-florestal e silvopastoril mais diversos e sustentáveis a reconversão e aumento da área de espécies autóctones e de crescimento lento. Importa ainda promover a gestão e combater o abandono da propriedade rústica e florestal,

Texto de Filomena Ferreira (PO SEUR)

"Decorre também a revisão dos PDM (3^a geração) onde se espera ver refletido um maior empenho dos municípios no domínio da Gestão e Conservação da Floresta".

Indicador ECOXXI "Gestão e Conservação da Floresta" Práticas de Sustentabilidade em Destaque

No âmbito do indicador 11 "Gestão e Conservação da Floresta" do Programa Bandeira Verde ECOXXI, valorizam-se medidas e ações, quer no domínio do planeamento e ordenamento florestal, quer no domínio da gestão florestal.

De seguida apresentam-se exemplos de medidas valorizadas no âmbito do Programa ECOXXI.

MEDIDAS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO FLORESTAL

- Carta de Perigosidade do PMDFCI 2021-2030, atualizada e integrada na planta de condicionantes do PDM:
- PDM em revisão, com base na perigosidade;
- PMDFCI e Projetos de gestão de combustível em aldeias serranas e planos de gestão das ZIF;
- Área Integrada de Gestão da Paisagem;
- Regulamento do PMDFCI publicado em Diário da República;
- Regulamento municipal uso fogo e limpeza terrenos, gestão arvoredos;
- Ferramentas digitais: de gestão urbanística sustentada na perigosidade de incêndio e incêndios ocorridos; para a análise de processos de licenciamento urbanístico, florestais e outros (análise espacial no "Geoportal"), Balcão Único do Prédio (BUPi), entre outras.

MEDIDAS DE **G**ESTÃO **FLORESTAL**

- Ecopontos florestais;
- Bolsas de terras;
- · Medidas fiscais (penalizadoras do abandono de terrenos rústicos);
- Viveiros florestais, entrega de árvores autóctones;
- Arborizações:
- Aquisição de máquinas e disponibilização aos proprietários (exemplo destroçadores).

Páging 4 **TERRAZUL**

ABAE

Novidades ECOXXI

Edição 2023: Indicadores 1 a 9



1 | Promoção da EA/EDS por iniciativa do município



OBJETIVO: Avaliar o empenho dos municípios na formulação de uma estratégia, ações e projetos de educação para o desenvolvimento sustentável.

Subindicadores:

- A Estratégia de EA/EDS
- B Projetos em EA/EDS da iniciativa do município
- C Ações de sensibilização/(in)formação em EA/EDS da iniciativa do município
- D Equipamentos de EA/EDS
- E Eco-Funcionários

Em 2023: A - inclui estratégia (aprovada ou não) ou documento similar aprovado; B - valoriza projetos em diferentes temáticas; C - valoriza ações enquadradas ou não em projetos; D - solicita + informação sobre os equipamentos; E - novo questionário.



2 | Programas Escolares da



OBJETIVO: Reconhecer o trabalho desenvolvido pelas escolas do concelho no âmbito do Programa Eco-Escolas e JRA.

Subindicadores:

- A Eco-Escolas
- B Jovens Repórteres para o Ambiente (JRA)

Em 2023:

Sem alterações

ção e Conectividade



3 | Sustentabilidade em Zonas Balneares



OBJETIVO: Premiar os municípios que possuem zonas balneares, portos e marinas que cumprem os critérios relativos ao Programa Bandeira Azul.

Subindicadores:

- A Praias costeiras ou de transição
- B Praias do interior
- C Acessibilidade à praia e mar

Em 2023: valoriza a existência de águas balneares e praias de banho. A e B com mais peso. Novos critérios; D - deixa de considerar incentivo à mobilidade sustentável em zonas balneares.

indicador 3 passa a valorizar também a existência de praias de banho (costeiras ou do

interior).



4 | Cidadania, Governança e Participação



Subindicadores:

informais (não inclui OP)

de decisão.





C - Orçamento Participativo (OP)



OBJETIVO: Avaliar a interatividade entre a

autarquia e a população, medindo o envolvi-

mento dos munícipes nos processos de tomada

A - Mecanismos de participação pública formais

B - Agenda 21 ou processo estruturado similar

D - Outros mecanismos de participação pública

Em 2023:

Sem alterações









OBJETIVO: Avaliar a informação disponibilizada pelo município em matéria de

ambiente e desenvolvimento sustentável.

5 | Transparência, Digitaliza-

Subindicadores:

- A Gestão municipal e transparência
- B Temáticas de sustentabilidade
- C Digitalização de serviços municipais
- D Conectividade digital

Em 2023:



(A) 6 | Emprego



OBJETIVO: Avaliar o empenho do município na implementação de estratégias e medidas de promoção do emprego.

Subindicadores:

- A Estratégias de promoção do emprego
- B Medidas de promoção do emprego

Em 2023: A - Estratégia com menor peso; B - inclui oferta formativa promovida pelo município: integra inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade; C - Meios de divulgação de atividades do serviço público de emprego



7 | Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e de Promoção do Desenvolvimento Sustentável













OBJETIVO: Avaliar a cooperação do município com diversas organizações da sociedade civil.

Subindicadores:

- A Parcerias com ONGA e equiparadas
- B Parcerias com OND e outras
- C Parcerias com organizações socioculturais, desportivas e recreativas
- D Comissões/conselhos municipais

Em 2023:

Sem alterações



8 | Certificação de Sistemas de Gestão







OBJETIVO: Avaliar a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental, da Qualidade e equivalentes ao nível do município e seus serviços.

Subindicadores:

- A Certificação do município ou número de certificações e normas atribuídas
- B Outras formas de reconhecimento dos municípios
- C Sistemas de avaliação e qualificação de fornecedores

Em 2023:



9 | Alterações Climáticas



OBJETIVO: Avaliar o empenho do município na implementação de um plano ou estratégia para adaptação às alterações climáticas, bem como a adoção de medidas de mitigação e adaptação.

Subindicadores:

- A Iniciativas estratégicas no âmbito das alterações climáticas
- B Planos de Ação Climática (PAC)
- C Ações de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas

Em 2023: integra questão sobre projetos enquadrados no mercado voluntário de carbono (a pontuar em 2024)

Novidades ECOXXI

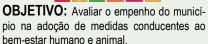
Edição 2023: Indicadores 10 a 18





10 | Saúde e Bem-Estar Animal





Subindicadores:

- A Bem-estar humano
- B Bem-estar animal

Em 2023:

Sem alterações



13 | Gestão e Conservação da Floresta

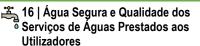


OBJETIVO: Avaliar o desempenho dos municípios relativamente à melhoria do ordenamento, gestão e conservação da floresta.

Subindicadores:

- A Medidas de ordenamento, proteção e resiliência dos espaços florestais da iniciativa do município
- B Medidas de apoio à gestão e proteção florestal da iniciativa do município
- C Incêndios Rurais: prevenção e ocorrências
- D Materiais de informação florestal

Em 2023: A e B - inclui + opções de resposta; B - valoriza parcerias com associações; C - valoriza informação criada/adaptada em 2020, 2021 e 2022





OBJETIVO: Avaliar a percentagem de água da torneira que é de boa qualidade e a qualidade dos serviços de águas prestados aos utilizadores.

Subindicadores:

- A % de água segura por entidade gestora
- B Abastecimento de água por ent. gestora
- C Utilização e gestão eficiente da água no município
- D Reutilização da água por entidade gestora
- E Drenagem e tratamento de águas residuais por entidade gestora
- F Cumprimento das licenças de descarga das ETAR(s)

Em 2023: A - % água segura com mais peso; inclui água não faturada; C - medidas de gestão; sem ETAR inoperacional



11 | Ordenamento do Território: Espaços Públicos, Planeamento e Requalificação Urbana



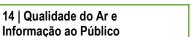
OBJETIVO: Avaliar algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território.

Subindicadores:

- A Espaços verdes
- B Gestão sustentável dos espaços públicos
- C Ocupação e uso do solo
- D Regeneração e reabilitação urbana
- E Instrumentos de Gestão Territorial

Em 2023:

Sem alterações













OBJETIVO: Avaliar o desempenho dos municípios em termos de avaliação e gestão da qualidade do ar.

Subindicadores:

- A e B Iniciativas de avaliação da qualidade do ar E Implementação de medidas locais conducentes à melhoria e preservação da qualidade do ar
- C Formas de informação ao público sobre a qualidade do ar

Em 2023: Sem alterações

trestat

A - Recolha seletiva - acessibilidade

17 | Produção e Recolha Seletiva e

Valorização de Resíduos Urbanos

OBJETIVO: Avaliar a evolução da produção

de resíduos urbanos, de resíduos de embala-

gem recolhidos seletivamente, e recolha seleti-



12 | Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade)









OBJETIVO: Avaliar os parâmetros relacionados com a conservação dos recursos naturais.

Subindicadores:

- A Conservação da natureza ações de gestão
- B Áreas protegidas de âmbito local/ regional
- C Áreas classificadas de âmbito nacional/ interna-

Em 2023: B - inclui: arvoredos classificados de interesse municipal /público, km de percursos pedestres e respetiva evidência; C - inclui prova

da existência de áreas classificadas.



15 | Qualidade do Ambiente Sonoro



OBJETIVO: Aferir a adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade do ambiente sonoro.

Subindicadores:

- A Situação do ambiente sonoro no concelho
- B Plano Municipal de Redução de Ruído

Em 2023:

Este ano são solicitadas mais evidências das medidas implement adas no âmbito do indicador 18.

Sem alterações

18 | Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal











OBJETIVO: Avaliar os municípios enquanto entidades consumidoras de energia e enquanto entidades reguladoras das atividades económicas da sua responsabilidade.

Subindicadores:

- A Município enquanto entidade consumidora
- B Município enquanto entidade dinamizadora das melhores práticas

Em 2023: A - algumas medidas aplicadas a 2020, 2021 e 2022; B - inclui prova da implementação das medidas

Ihidos seletivamente no município

va de outros resíduos. Subindicadores:

C - Resíduos de embalagens recolhidos seletivamente por entidade gestora

B - Evolução da produção dos resíduos reco-

D - Recolha Seletiva dos REEE, Pilhas e Acumuladores. Biorresíduos e Óleos Alimentares Usados e Outros Resíduos

Em 2023: B e D a preencher pelo município

Páging 6 **TERRAZUL**

Novidades ECOXXI

Edição 2023: Indicadores 19 a 21



19 | Mobilidade Sustentável



OBJETIVO: Avaliar a existência de uma política coerente, materializada em ações/medidas dirigidas a uma mobilidade mais sustentável.

Subindicadores:

- A Estratégia de mobilidade sustentável
- B Promoção dos transportes públicos
- C Gestão do transporte individual em favor da mobilidade sustentável
- D Incentivo aos modos suaves/ativos

Em 2023: A - Inclui monitorização e avaliação da estratégia



20 | Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável

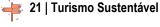


OBJETIVO: Aferir o desenvolvimento sustentável através da valorização da atividade agrícola que incorpora os conceitos de sustentabilidade no modo de produção e formas de valorização dos produtos de qualidade.

Subindicadores:

- A Modo de Produção Biológico
- B Produtos Qualificados
- C Estatuto da Pequena Agricultura Familiar
- D Circuitos Curtos Agroalimentares
- E Gabinete/Responsável Municipal de Apoio à Agricultura e Sistema Alimentar OU F - Hortas urbanas
- G Ações de Sustentabilidade com impacte no desenvolvimento rural do concelho

Em 2023: A, B, C - com novos critérios; C - % de SAU utilizada pelos titulares do Estatuto de Agricultura Familiar; F - informação por tipologias; G mais informações sobre as ações





OBJETIVO: Aferir o desempenho turístico do município e as iniciativas da autarquia que contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Subindicadores:

- A Desempenho turístico do município
- B Valorização do património natural e cultural
- C Iniciativas do município

Em 2023:

Sem alterações

Calendarização e Documentos 2023

Os municípios que submeterem candidatura até 30 de maio, terão possibilidade de ver a sua candidatura revista antes submissão. final.

,		
Data	Ação	
30 de março	Sessão de lançamento e abertura das candidaturas	
Abril e maio	Sessões de esclarecimento; workshops temáticas	
Até 30 de maio	Submissão das candidaturas, caso pretendam revisão e recomendações durante o processo	
Até 30 de junho	Data limite de submissão da candidatura	
Julho a setembro	Período de avaliação pelo Júri	
Até 15 de outubro	Comunicação aos municípios dos resultados; período de esclarecimentos	
Até 30 de novembro	Cerimónia do Galardão Bandeira Verde ECOXXI e comunicação pública dos resultados	

GUIA ECOXXI 2023 Guia ECOXXI 2023: Objetivos e indicadores **ANEXOS:** Pontuação, Critérios, Notas e Recomendações (Disponíveis nesta página, após login)

Vila Nova de Famalição e Torres Vedras com mais escolas

"O Mar Começa Aqui" envolve os municípios ECOXXI

O Projeto "O Mar Começa Aqui", este ano na sua 34ª edição, desafia os municípios e as suas Eco-Escolas a desenvolver esta campanha, que se concretiza na pintura de sarietas com a mensagem que dá nome ao projeto. O papel e envolvimento dos municípios, para os quais decorre também um concurso, é fundamental para o bom desenvolvimento do projeto que implica uma intervenção em espaço público.

Este ano estão já inscritos 107 municípios. Os que apresentam maior número de escolas inscritas são todos eles ECOXXI, com destaque para Vila Nova de Famalicão (22) e Torres Vedras (18).



Escola Marquês de Pombal O município de Pombal foi um dos premiados em 2022

Boas Práticas de Municípios ECOXXI

Economia Circular e Compras Ecológicas

Publicada a Nova Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030

A nova Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 – ECO360, resultante do processo de revisão da anterior Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2020 (ENCPE2020) e adotada através da RCM n.º 13/2023, promove a adoção de critérios de circularidade e de aquisição e de produtos da bioeconomia sustentável nas aquisições públicas, tendo como objetivo atingir 25% desta meta em 2025 e 50% em 2030.



Esta Estratégia define a visão, os objetivos e os principais vetores de atuação para as compras públicas ecológicas em Portugal.

O documento apresenta **quatro objetivos fundamentais**, nomeadamente, intensificar a adesão às compras públicas ecológicas e potenciar o seu papel transformador na administração pública e nos mercados; promover a eficiência de recursos, a bioeconomia sustentável e a transição para a economia circular; estimular a economia portuguesa para a neutralidade climática; e incentivar a ecoinovação na indústria e nos fornecedores.

Saúde e Bem-Estar Humano

Mira vai requalificar Centro de Saúde

A candidatura do Município de Mira ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para requalificação do Centro de Saúde de Mira foi aprovada. O Município há muito tinha manifestado a preocupação com esta infraestrutura tendo, inclusive, mostrado disponibilidade para assumir a obra e os eventuais custos que os programas operacionais não salvaguardassem.

O projeto visa melhorar o comportamento energético da edificação, assim como proporcionar outras exigências funcionais de utilização que irão **promover uma melhoria na qualidade da prestação de serviços de saúde.**



Unidade de Cuidados de Saúde Primários de Mira

candidatura
do Município
de Mira ao
Plano de
Recuperação
e Resiliência
para requalifi
cação do
Centro de
Saúde de
Mira foi
aprovada".

Gestão e Conservação da Floresta

Plantação de 840 árvores na Vila de São Pedro de Rates



Voluntários na ação de plantação na Póvoa de V.

No âmbito do projeto FUTURO, promovido pelo Centro Regional de Excelência em Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Área Metropolitana do Porto (CRE.Porto), foi organizada a 4 de março uma ação de plantação na Vila de São Pedro de Rates, com o apoio da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.

Participaram mais de 200 voluntários do concelho, de todas as idades, alguns dos quais pertencentes à Bolsa Concelhia de Voluntariado. Ao todo, foram plantadas 840 árvores/arbustivas como: carvalho-alvarinho, medronheiro, amieiro, bétula, aveleira, gilbardeira, entre outras espécies nativas.

Participação Pública

Descentralização das reuniões de Câmara Municipal de Tavira

Com a intenção de **promover a igualdade de oportunidades** no acesso à participação democrática, numa lógica de coesão territorial e proximidade, foi aprovado por unanimidade, a proposta de **descentralização das reuniões ordinárias** da Câmara Municipal, durante o ano de 2023.

As reuniões realizar-se-ão, nas sedes das freguesias do concelho, ordenadas alfabeticamente, com periodicidade bimensal, excetuando no mês de agosto.

Ainda com o intuito de fomentar a participação pública, a autarquia tavirense lançou o ciclo de "**Presidências Abertas**", o qual visa promover, igualmente, a proximidade do executivo municipal com a população, assim como o seu envolvimento nas tomadas de decisão.



ABAE

TerrAzul notícias | Ficha Técnica

Redação e edição:

Margarida Gomes Tânia Vicente

Direção:

Margarida Gomes

Propriedade:

ABAE FEE Portugal Presidente: José Archer

Morada: [NOVA LOCALIZAÇÃO] Avenida Infante D. Henrique Mercado de Tercena Piso 1, Fração H 2730-100 Oeiras

Telefone: 213942740

Coordenação ECOXXI

Margarida Gomes Tânia Vicente

Comissão Nacional:

ABAE; AHP; APA; ADENE; RNAE; Biodiversity4All; CCDR: Norte; Centro; LVT; Alentejo; Algarve; DGADR; DGE-MEC; DGEG; DGT; DRAAC Madeira; DRAAC Acores; ERSAR; ERSARA; FL-UC; CICS.NOVA | Nova. FCSH; ICNF; ICS-UL; Quercus; IFCN; IPQ; LNEC; Lisboa E-Nova; PO SEUR; TP,IP; UM; UA.

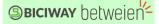
Parceiros













floema'









ECOXXI | contactos

935373716 | 910502424

ecoxxi.abae.pt

facebook.com/bandeiraverdeecoxxi @ecoxxi_abae

54 Municípios reconhecidos como ECOXXI em 2022

10 municípios com 80%, Pombal atinge os 90%

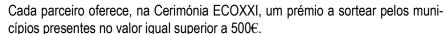


Pombal que lidera o grupo dos municípios melhor pontuados há 3 edições consecutivas

Em 2022, candidatam-se à Bandeira Verde ECOXXI 59 municípios (19% dos municípios portugueses), tendo sido atribuídas 54 Bandeiras Verdes ECOXXI (91,5% dos municípios participantes), encontrando-se no "TOP 10" os municípios de Pombal, Santo Tirso, Torres Vedras, Águeda, Braga, Oeiras, Sintra, Lousã, Leiria e Valongo.

Entidades que premeiam os municípios

Todos os anos um conjunto de parceiros - empresas, associações e start-ups comprometido com os valores e princípios da sustentabilidade -, apoia o Programa ECOXXI, disponibilizando produtos, serviços e equipamentos que visam contribuir para a melhoria da qualidade das comunidades.









Estação de medição de qualidade ambiental



Oferta de mesa de piquenique em plástico reciclado



Premium Pack Minigarden **Horta Vertical**



500 Biatakís de bolso + Bestaões + Kit Limpeza



Contagem de pedestres ou ciclistas durante 1 mês



Musical "Planeta Limpo do Filipe Pinto" + teatro do livro "Poupar é Ganhar"



Consultoria + kit limpeza + layout folheto boas práticas



Oferta de "Kit Faber-Castell Escrita e Marcação"



Formação/pré-estudo para comboio de bicicletas



10.000 em cópias/ impressões a cores e preto



Prestação de serviços + estacionamento correto



"Kit Edding Quadros Brancos e Multi - Superfícies"

178 candidaturas ao Eco-Freguesias XXI

Em 2023 foram submetidas 178 candidaturas a Eco-Freguesia XXI (+ 67 candidatos que na edição anterior). Os resultados serão divulgados numa cerimónia prevista para junho. O Eco-Freguesias XXI cuja próxima edição abrirá em novembro, destina-se a freguesias que pretendam melhorar as suas práticas e a ver reconhecido o seu trabalho em matéria de ambiente e sustentabilidade.



Lousã acolhe 2 eventos ABAE

O Município da Lousã, reconhecido como ECOXXI continuamente desde 2013, acolhe este ano duas iniciativas promovidas pela ABAE: a Missão Internacional Young Reporters for the Environment de 10 a 15 de abril e o 2.º Congresso Ibérico Bandeira Azul, no âmbito do Programa Bandeira Azul também no mês de abril, a 20 e 21.



















A ABAE é Organização não Governamental de Ambiente (ONGA).